



COMISSÃO INTERMINISTERIAL PARA OS RECURSOS DO MAR – CIRM
GRUPO DE INTEGRAÇÃO DO GERENCIAMENTO COSTEIRO (GI-Gerco)

48ª Sessão Ordinária

- 5 Sala de Reuniões da CIRM - Esplanada dos Ministérios, Bloco N, Anexo B, 3º andar, Brasília
Brasília - DF, 08 de abril de 2014 - Horário: 10h00 às 12h30/14h30 às 18h00

LISTA PARTICIPANTES	
Coordenação da Sessão	Adalberto Eberhard (DZT/MMA)
	CMG Celso Moraes Peixoto Serra (SECIRM/MB)
Relatoria	Adelias Freires Bastos / Salomar Mafaldo de Amorim Jr - (DZT/MMA)

LISTA DE PRESENÇA - REPRESENTANTES	
ORGÃO	REPRESENTANTE GI-Gerco
MMA	Adalberto Eberhard
MMA	Paulo Rogério Gonçalves
MME	Christina Elizabeth Paes de Vasconcelos
MPA	Luciene Mignani
MP/SPI	Luis Fernando Magnani de Oliveira
MB/SECIRM	Celso Moraes Peixoto Serra
MB/SECIRM	Antonio José Teixeira
EMA/MB	Terêsa Cristina Cavalcanti Soares
MP/SPU	André Luis Pereira Nunes
MCTI	Andréa Cancela Da Cruz-Kaled
IBAMA	Fabiola Cândido Derossi
ABEMA	Andréa Olinto
ABEMA	Ricardo Augusto de Almeida Voivodic
MDIC	Eduardo Von Glehn Nobre
COMUNIDADE CIENTÍFICA	Alexander Turra
SOCIEDADE CIVIL	Luiz Ernesto Borges de Mourão Sá

PETROBRAS	Denise Alho
MPF	Gisele Elias de Lima Porto Leite
MTur	Wilken José Souto Oliveira
MI	Vaico Oscar Preto Filho
MI	Cássio Guilherme Rampinelli
G17-Representante	Luiz Roberto Camargo Numa De Oliveira

LISTA DE PRESENÇA - PARTICIPANTES	
ORGÃO	PARTICIPANTE
MMA/DZT	Leila Affonso Swerts
MMA/DZT	Bruno Abe Saber
MMA/DZT	Felipe Barbosa
MMA/DZT	Adelias Freires Bastos
SEMA/BA	Ricardo Armua
MMA/DZT	Salomar Mafaldo
MMA/DZT	Márcia Regina Lima de Oliveira
MMA/DZT	Flávia Cabral Pereira
MMA/DZT	Priscila Lopes Soares da Costa
MB/SECIRM	Marise Silva Carneiro
EMA	Fábio Rogério Leite de Souza
SEMA/PA	Clézio Silva Fonseca
SEMA/PA	Yvens Cordeiro
MMA/SBF	Roberto Ribas Gallucci
MPF/PGR	Helinton Leal Silva
MPF/PGR	Nilton Euripedes
MPA	Juliana Bragança Campos
MD	Paulo Garcia

MMA	Diego Pereira
SEMA/PA	Walter Soares

1. ABERTURA

15 Abertura da 48ª sessão às 10h20 pelo representante da Secretaria da Comissão Interministerial para os Recursos do Mar (SECIRM) Comandante CELSO SERRA, que em nome do Almirante SILVA RODRIGUES, deu as boas vindas aos participantes e destacou que a quinquagésima sessão do Colegiado terá uma programação especial.

20 O Sr. ADALBERTO (DZT/MMA) deu as boas vindas às ONGs, que estão de volta com representação eleita através do Conama; às representações dos estados (G17) que conseguem manter o ritual de estar aqui presente para juntos construirmos a diferença na região costeira; parabenizar a equipe do ZEE e o Diretor de Mar/MMA Paulo Rogério. “Nossa agenda está densa, com pautas provocativas para serem colocadas no cenário.”

2. ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS

2.1. Adoção da Agenda

Após apresentação da agenda, atendendo as demandas para inversão e inserção do informe da Comunidade Científica a agenda ficou como indicada no quadro que segue.

25 2.2. Aprovação da Ata da Sessão Anterior

Após o Coordenador indagar sobre contribuições ou alterações e sem manifestações da plenária foi aprovada a ata da 47ª sessão do Colegiado.

AGENDA APROVADA

1. ABERTURA

2. ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS

- 2.1. Adoção da Agenda
- 2.2. Aprovação da Ata da Sessão Anterior

3. ASSUNTOS PARA DELIBERAÇÃO

4. NOTÍCIAS/INFORMES

- 4.1. Novos representantes indicados do IBAMA e da SOCIEDADE CIVIL (Leila Swerts - MMA)
- 4.2. Força Tarefa Zona Costeira para o Plano Nacional de Adaptação às Mudanças Climáticas (Marcia Oliveira - MMA)
- 4.3. GT Sinalização de Ucs Marinhas (Carla Lessa e Iasmina Freire - ICMBio)

5. OUTROS ASSUNTOS

- 5.1. Apresentação do Zoneamento Nacional de Óleo e Gás (Consultor Técnico Reneu Silva da equipe de E&P da SPG/DPG/EPE)
- 5.2. Publicação sobre os 25 anos PNGC (Flavia Cabral - MMA/Gerência Costeira)
- 5.3. Informe da Comunidade Científica (Prof. Alexander Turra - IOUSP)
- 5.4. Apresentação do Zoneamento Ecológico-Econômico da Baía da Ilha Grande no Rio de Janeiro (Ricardo Voivodic – INEA-RJ)
- 5.5. Revisão do Plano de Ação Federal para a Zona Costeira (Luis Magnani - MP)
- 5.6. Estratégia e ações da Secretaria Nacional de Defesa Civil para enfrentamento dos problemas de erosão costeira (Cássio Rampinelli - Ministério da Integração)
- 5.7. Andamento dos trabalhos do Grupo de Trabalho do Turismo Náutico (Wilken Souto - Ministério do Turismo)

6. ENCERRAMENTO

3. ASSUNTOS PARA DELIBERAÇÃO

Não houve pautas para deliberação.

4. NOTÍCIAS/INFORMES

4.1. Novos representantes indicados do IBAMA e da SOCIEDADE CIVIL (Leila Swerts - MMA)

35 Após saudação aos representantes indicados para a representação da Sociedade Civil e do Ibama destacou que a escolha da representação da Sociedade Civil, foi um avanço no processo de indicação a qual ocorreu no âmbito do Conama, sendo eleita o Instituto Brasileiro de Proteção Ambiental (PROAM) que tem como representantes a Dra. YARA SCHAEFLER e o Dr. LUIZ MOURÃO. Pelo Ibama recebemos a indicação da Sra. FABIOLA DEROSI.

40 Destaque que para a quinquagésima sessão do Gi-Gerco que estamos planejando realizar na primeira semana de novembro (data provável de 3 a 6 de novembro) programando uma série de eventos do Gerenciamento Costeiro: seminários SMC, Gercos-estaduais e Projeto Orla, culminando com a 50ª sessão do Colegiado.

4.2. Força Tarefa Zona Costeira para o Plano Nacional de Adaptação às Mudanças Climáticas (MARCIA OLIVEIRA – MMA)

45 A FTZC estruturada como uma rede foi estabelecida no âmbito do GT-Adaptação para apoiar e subsidiar a construção do Plano Nacional de Adaptação às Mudanças Climáticas.

Entendendo que as informações estavam dispersas em muitas instituições a FTZC estabeleceu uma iniciativa para a coleta e sistematização daquelas informações e para operacionalizá-la questionários foram enviados as instituições membros do Gi-Gerco para contribuírem no processo.

50 Devido a baixa adesão e entendendo que o momento é oportuno para pensar ações estruturantes o convite para que preencham o questionário foi reforçado e os membros do Gi-Gerco foram convidados para a Oficina de trabalho programada para o dia 28/29 de abril aqui em Brasília onde serão apresentadas as informações coletadas e sistematizadas junto com a academia e outros setores.

55 A proposta da oficina é apresentar o material sistematizado e complementá-lo; legitimar os resultados; definir prioridades para as próximas ações e também começar a pensar em indicadores de processos para validar os subsídios que serão encaminhados para o GT-Adaptação.

60 4.3. GT Sinalização de Ucs Marinhas (Sra. CARLA LESSA e Sra. IASMINA FREIRE - ICMBio)

Não houve um informe presencial, mas a coordenação do Gi-Gerco recebeu a mensagem do ICMBio em 9 de abril/2014, que enviamos por e-mail aos membros do Gi-Gerco em 16 de abril/2014 que replicamos a seguir, com o informe objeto da pauta:

65 “Buscando manter o GERCO atualizado, seguem alguns informes quanto à Sinalização Náutica das Unidades de Conservação Federais:

- A criação do GT foi um dos encaminhamentos do seminário.

70 - Fizemos uma avaliação pós evento a concluímos por prematuro a criação do GT, uma vez que muitas das atribuições do GT poderiam ser resolvidas diretamente ou intermediadas pela DCOL - Divisão de Consolidação de Limites. Como estamos com limitações orçamentárias, preferimos iniciar os trabalhos com as demandas da DCOL;

- A Marinha continua atualizando as informações sobre UC nas cartas náuticas e aviso aos navegantes;
 - A DCOL levantou tudo que a Marinha já publicou em relação às UC Federais e disponibilizou aos gestores das UC para ciência e verificação da informação a fim de futuras correções;
 - Estamos também em constante alinhamento com a Marinha a fim de revisar os textos antes da publicação;
 - No que tange à sinalização náutica em si, o seminário foi muito esclarecedor quanto as limitações técnicas e riscos. Mas em alguns casos ela ainda será necessária. Iremos realizar um projeto piloto em pelo menos uma UC com recursos do GEFMar. A DCOL já iniciou levantamentos de preços e especificações para elaboração do TDR no momento quem que o projeto iniciar a execução.
- Segue anexo a planilha disponibilizada para os gestores das UC com levantamento das cartas e avisos.

Atenciosamente,

Carla Michelle Lessa

Chefe da Divisão de Consolidação de Limites - DCOL

Coordenação Geral de Consolidação Territorial - CGTER/DISAT

Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - ICMBio

Skype: caulessa

[\(61\) 33419093](tel:(61)33419093)/85295343”

5. OUTROS ASSUNTOS

5.1. Apresentação do Zoneamento Nacional de Óleo e Gás (Consultor Técnico Reneu Silva da equipe de E&P da SPG/DPG/EPE)

- A apresentação do Sr. RENEU, baseada na apresentação do Presidente da Empresa de Pesquisa Energética - EPE (Mauricio Tolmasquim) no MME em 10 de outubro de 2013, está disponível para consulta e *downloading* no endereço:

http://www.mma.gov.br/images/arquivo/80033/Atas - Gi-Gerco/Zoneamento Oleo e Gas EPE_MME.pdf

Sumário elaborado pela relatoria

O Zoneamento Nacional de Óleo e Gás, construído nas perspectivas Econômica e da Geologia do Petróleo é um instrumento para o planejamento energético no contexto do Plano Nacional de Energia (PNE), do Plano Decenal de Expansão de Energia (PDE) e do Plano Decenal de Expansão da Malha de Transporte Dutoviário (PEMAT) do MME.

- É um estudo contínuo, focado na prospecção petrolífera, realizado pela Empresa de Pesquisa Energética (EPE) com o objetivo geral de obter uma base de informações georeferenciadas representadas em zonas.

O estudo trabalha em uma abordagem em duas partes, na primeira parte é elaborado a caracterização geológica que trabalha a análise de bacias; os sistemas petrolíferos e a determinação dos plays (conjunto de prospectos¹ geneticamente relacionados, do ponto de

¹ Prospecto - Feição estrutural e/ou estratigráfica, existente numa bacia sedimentar, que pode ser mapeada e perfurada e que tem potencial para se constituir uma acumulação comercial de hidrocarbonetos (Magoon & Dow, 1994)

vista dos Sistemas Petrolíferos - Magoon & Dow, 1994) efetivos. Na segunda parte é feita a Caracterização Econômica pela qual estabelece-se o índice de Importância Petrolífera de Área – IPA que é construído através de uma função multiargumentos (6 argumentos) contemplando: a atividade exploratória (blocos exploratórios sob contrato); a intensidade exploratória; a evidência direta de Hidrocarbonetos; a infraestrutura de abastecimento; a prospectividade das bacias efetivas e a necessidade de conhecimento (status exploratório dos plays e disponibilidade de dados) o zoneamento.

O mapeamento espacial da função caracteriza. e alimenta o processo de planejamento.

Diálogos - Discussões

120 O Sr. YVENS (SEMA/PA) indagou se os Estados tinham conhecimento destes estudos; se foi feito alguma articulação com a Secretaria do Meio Ambiente do Estado do Pará e se o órgão poderia utilizar estes estudos de cenários de petróleo para compor o Diagnóstico do Zoneamento Costeiro do Pará, o qual abrange também a área do Marajó.

125 O Sr. RENEU (EPE/MME) informou que nesta questão dos estudos do recurso energético a EPE pode cooperar, pois é pertinente ao seu trabalho e é da lei da constituição da EPE, que a EPE está à disposição para cooperar e poderá ver uma forma neste sentido.

Quanto a questão da articulação informou que é feita pela Agência Nacional Petróleo (ANP/MME) e apontou que há uma portaria interministerial publicada pelo MME e o MMA.

130 A Sra. CHRISTINA (MME) sobre a portaria² em questão assinalou que “a Portaria Interministerial nº 198/2012 trabalha com o conceito de Avaliação Ambiental de Área Sedimentar (AAAS) e que no futuro quando implantada mostrará a aptidão da região avaliada quanto ao meio ambiente, para as atividades da indústria do petróleo e gás natural. Esses estudos subsidiarão o posterior licenciamento ambiental de empreendimentos específicos. O Zoneamento Nacional de Recursos de Óleo e Gás define a importância de áreas, em território nacional, para o desenvolvimento do setor de petróleo e gás natural, facilitando a atividade de planejamento do setor no País, conforme estabelecido no Plano Plurianual 2012-2015.”

140 O Sr. ADALBERTO (DZT/MMA) a propósito das discussões se o Zoneamento do Óleo e Gás levou em conta outras demandas de uso ou ocupação, informou que este é um zoneamento prospectivo, zoneamento das vocações do petróleo exclusivamente o que foi afirmado claramente no lançamento pelo ministro Edson Lobão. Quando for fazer um zoneamento definitivo passa obrigatoriamente a ter que enxergar os demais shapes dos demais setores.

O Sr. RENEU(EPE/MME) destacou que no momento da construção do Plano Nacional de Energia o shape é cruzado com o Zoneamento e só faz planejamento de prospecção nas áreas normatizadas.

145 O Prof. TURRA (COMUNIDADE CIENTÍFICA) indagou sobre a existência de mapeamentos setoriais (pesca, portos, eólica, conservação etc...) a exemplo do Zoneamento Nacional de Óleo e Gás, que pudessem ser integrados a este para permitir uma discussão ampla e estratégica do uso e ocupação do espaço marinho. Assinalou que, na sua opinião, seriam funções do Gi-Gerco (concertação, moderação) demandar que os diferentes setores executem seus planejamentos setoriais e criar um espaço de integração.

150 Indagou sobre o quão distante estamos desta realidade pois não tinha clareza sobre quais setores representados no GI-GERCO já têm seus planejamentos setoriais espacializados em

2 Nota da Relatoria: trata-se da portaria interministerial MME/MMA 198/2012 que institui a Avaliação Ambiental de Área Sedimentar - AAAS, disciplinando sua relação com o processo de outorga de blocos exploratórios de petróleo e gás natural, localizados nas bacias sedimentares marítimas e terrestres, e com o processo de licenciamento ambiental dos respectivos empreendimentos e atividades.

escala adequada para se fazer este planejamento integrado, por entender, pelo exemplo das Áreas Prioritárias para Conservação (MMA), que embora haja informações disponíveis, estas
155 podem não estar na escala adequada (ou ter refinamento compatível) para permitir uma discussão operacional de um futuro zoneamento do espaço marinho. Entende que há grande necessidade de investimento em estudos em áreas de mar profundo, abaixo dos 200 metros de profundidade, os quais poderão produzir resultados com maior resolução para permitir a identificação de áreas prioritárias para conservação e assim subsidiar o planejamento.
160 Destacou que esta discussão aporta elementos para o GT Uso Compartilhado do Ambiente Marinho (GTUCAM), mas é atribuição do GI-GERCO.

O Sr. ADALBERTO (DZT/MMA) norteando a discussão destacou que a agenda deste colegiado indica que sempre estamos na perspectivas da discussão envolvidos com problemas ambientais ou econômico-sociais deste país e não há problemas que aconteçam na costa, foco
165 deste colegiado, que não digam respeito a muitos de nós, falando como instituição e não como indivíduo, e então por conseguinte devíamos discutir sob a perspectiva de construir soluções pactuadas.

De maneira que todas estas questões tecnicamente não são complexas e isto em última instância é a dinâmica de um zoneamento ecológico-econômico, onde cada setor traga seu
170 conteúdo seu shape, e se comece a pactuar e a concertar. Hoje o MME trouxe a questão da mineração de fundo de mar, já vimos também a questão das áreas prioritárias para a conservação entre outras e agora falta criar um mecanismo, e aí ainda é o técnico, para fazer esta sobreposição que permita emergir: onde que estão as dificuldades; onde que estão os conflitos e identificarmos onde podemos estabelecer prioridades na exploração, a exemplo do
175 que a Noruega fez.

Assinalou que, em sua opinião, quando se olha um componente de valor econômico de mercado onde não está sendo contabilizado a importância por exemplo de um layer de uma superestrutura ambiental importante para a biodiversidade; para a navegação; ou de pesca ou de aquicultura; ou do quer que seja não estão previstos... então esta é a nossa competência
180 como coletivo contribuir para que estas coisas todas se enxerguem e o país possa dentro de uma contabilidade clara com visão de futuro estabelecer que prioridades sejam atendidas e que todas as atividades setoriais trabalhem em uma perspectiva integrada, internalizando todas estas outras questões no seu planejamento e na sua contabilidade financeira e econômica e assim contribuimos para a construção de um país diferente. Esta é a expectativa que temos
185 como conjunto representado aqui.

O Sr. VOIVODIC (ABEMA) assinalou que quem está trabalhando com zoneamento e analisa informações tão preciosas como as apresentadas, sabe que na perspectiva das várias demandas por uso do espaço marinho esta atividade representa o êmbolo de uma cadeia que é muito complexa e que envolve: o fundeio de embarcações; estruturas de apoio em terra; portos de
190 recebimento e transbordo e navios de suppliers que precisam de área de fundeio; precisam ocupar áreas marinhas, e que estas áreas marinhas são utilizadas hoje em dia por turismo. Apontou que estas áreas representarão importantes ativos futuros para a questão do ordenamento costeiro.

Assinalou que, no seu entendimento, a preocupação dos estados é dispor de informações como esta que é extremamente preciosa para as análises dos cenários futuros que estão sendo previsto no zoneamento costeiro, e que se possa usar o espaço de forma racional sem prejuízo para outros segmentos que estão dialogando, como no caso da Baía da Ilha Grande os segmentos da pesca, do turismo e da aquicultura que estão utilizando o espaço marinho e que não serão objeto de análise, no caso, especificamente pelo setor de Óleo e Gás.

200 O Sr. RENEU (EPE/MME) assinalou que o estudo trabalha com a perspectiva das atividades da Cadeia e que há espaço para sermos mais específicos e contemplar melhor as questões que o representante da ABEMA apontou.

O Sr. LUIZ (G17/SP) com a premissa de reforçar a questão das interrelações alimentadas pelo setor do Óleo e Gás assinalou que SP fez uma Análise Ambiental Estratégica (AAE) no litoral
205 Paulista (questão do pré-sal) que apontou claramente que há um processo não somente econômico mas principalmente de mudança social, e não só em SP mas no Sudeste de uma forma geral, esta mudança de dinâmica populacional representa um agravamento de demandas que já vem sendo produzidas historicamente, quais sejam: de moradia; de saneamento; de transporte e de sustentabilidade dos próprios municípios. Nesta perspectiva
210 alinhado com a proposição do prof. TURRA lançou a idéia e sugeriu deliberar-se uma iniciativa que possa coordenar diferentes instituições que poderiam estar tratando deste assunto e por intermédio desta iniciativa chegarmos a um zoneamento, ainda que não na sua completude mas ao menos se avançar mais neste sentido.

O Sr. ADALBERTO (DZT/MMA) informou que não estava na pauta (não havia pauta sobre a
215 questão) então precisaríamos encontrar um mecanismo para encaminhar para na próxima reunião ser deliberado.

Assinalou que em última instância esta proposta é para um grupo de trabalho que neste caso, já existe no âmbito da CIRM e que em tese nasceu aqui, que é o GT Uso Compartilhado do Ambiente Marinho (GTUCAM). O GTUCAM tem dois subgrupos um de legislação, que
220 trabalha o levantamento de toda a legislação, e o outro de planejamento espacial marinho que trabalha as metodologias existentes: nacional e internacional.

Apontou que aqueles subgrupos têm sob sua responsabilidade buscar contribuições e ouvir experiências para nestas discussões enriquecer este conteúdo o que não exclui a hipótese a se
225 apreciado pelo Colegiado, de que este assunto seja mantido na agenda pelo caráter multirepresentativo que o Gi-Gerco tem diferentemente dos demais colegiados da CIRM.

Sugeriu que o Colegiado, que é a caixa de reverberação de todas as questões costeiras, continue fazendo a discussão no sentido de crescer com conteúdo e contribuir com esta discussão de maneira mais ampla do que é possível fazer nos outros grupos nas demais
230 instâncias da CIRM que trabalham muito mais para dentro e basicamente enxergando só o Governo Federal.

A Sra. CHRISTINA (MME) assinalou que não é necessário criar trabalhos em paralelo e que já existe no âmbito da CIRM um trabalho em curso, o do GTUCAM.

O Sr. ADALBERTO (DZT/MMA) destacou que considerando o GTUCAM de ordem legal apontou que o Colegiado é o conjunto que traz a realidade para colocar em discussão na
235 perspectiva de vários cenários e propôs convidar o coordenador do GTUCAM para vir fazer uma apresentação e atualizar o Gi-Gerco sobre os trabalhos em andamento no GT e nos dois SubGTs.

O Sr. LUIZ (SP) se posicionou favorável e assinalou que neste debate nós estaríamos analisando uma série de relações de causa-efeito entre estas diversas iniciativas com relação
240 ao Zona Costeira em sentido amplo e não somente a parte marinha.

O Sr. MAGNANI (MP) após assinalar como vê um ciclo sobre as “questões em debates” encaminhadas ao GTUCAM, discutidas, com construção de documentos com devolutivas ao Colegiado, apontou que este é o processo dialético das questões debatidas e endereçou uma
245 mensagem a coordenação do GTUCAM: precisamos de “um andamento mais rápido pois temos pressa”.

- O Sr. MOURÃO (ONG) afirmou que estamos falando de questões que estariam na perspectiva de um planejamento territorial que engloba várias ferramentas/instrumentos e inquiriu estamos falando do instrumento denominado ZEE, instituído na política nacional de meio ambiente? Pontuou que o instrumento que é base para o planejamento, e sob esta
- 250 perspectiva temos um processo sequencial, é um instrumento que indica determinadas tendências e características do ponto de vista do que estamos examinando.
- Estas ferramentas usualmente na formulação do julgamento usam atribuição de pesos que implicitamente traz subjetividade à análise.
- Apontou que no Mapeamento da Importância Petrolífera de Área que mostra a distribuição
- 255 espacial do IPA, que reflete a aplicação de distância relativa ao bloco mais próximo na bacia elas dão no seu entendimento uma margem extremamente grande da variável em análise, ou seja a importância petrolífera.
- O que chama a atenção neste tipo de planejamento é que o método e os critérios levam a uma espacialização, no meu entender, muito grande pois o estabelecimento dos pesos levam a um
- 260 desbalanceamento nesta espacialização, e aí entendo que estamos trabalhando não apenas com um critério técnico-científico, mas com uma escolha que envolve a percepção política. Por isto é importante que quando vamos trabalhar em um espaço compartilhado na perspectiva do zoneamento, conheçamos um pouco da essência das técnicas utilizadas para buscarmos a solução que considere a dispersão dos critérios usados para espacializar a atividade.
- 265 A Dra. GISELE (MPF) assinalou que em 2004/2005 ocorreu um tipo de situação que colocou o Brasil no plano internacional em arbitragem e para evitar que situações como aquelas ocorram é seu papel trazer as questões para que elas possam ser debatidas e solucionadas aqui no Colegiado e que não sejam endereçadas ao judiciário.
- Neste sentido, apontou que enquanto discutimos zoneamento, os empreendimentos estão
- 270 sendo instalados no mar e muitas vezes sem a necessária autorização da SPU, que hoje por precisar fazer o contrato de cessão de uso do espaço marinho é quem tem a palavra sobre a destinação daquele espaço; e, se não olharmos isso e arrumarmos soluções ou ações no curto prazo, independentemente do zoneamento, daqui a pouco estarão reclamando que o MPF entrou com ações contra empreendimentos que não tiveram aprovação da SPU.
- 275 Apontou que há um ordenamento jurídico e a aprovação da SPU exigida pela lei é um instrumento importante, pois é razoável entender que esta deva observar se o empreendimento está de acordo com o zoneamento.
- A Sra. ANDRÉA (ABEMA) fez moção de apoio à preocupação do MPF e assinalou que se
- 280 ficarmos pensando muito em metodologias, o espaço marinho será loteado e será desnecessário o instrumento. Precisamos acelerar este processo.
- O Sr. ANDRÉ (SPU/MP) destacou que a SPU já iniciou as discussões com o MME e que fica feliz pelo assunto estar na mesa.
- O Sr. FELIPE (DZT/MMA) indagou sobre os metadados e destacou a importância destes para dialogar com os sistemas de geoinformação de outras agendas e em especial com o ZEE.
- 285 O Sr. RENEU (EPE/MME) pontuou que os metadados precisam ser melhorados e sobre as considerações do Sr. MOURÃO (SOCIEDADE CIVIL) destacou que a subjetividade é inerente ao processo o que fazer-se com certa transparência e onde se tratar de preferência, que é outra subjetividade, ter um fórum representativo para debater as escolhas, e o mais importante é a instituição ser legitimada para fazer as escolhas.
- 290 A Sra. LEILA (DZT/MMA) propôs aproveitar as ações de coleta de informações nos estudos

de prospecção de Óleo e Gás e incluir a coleta de dados que são lacunas para a biodiversidade.

ENCAMINHAMENTO (EPE/MME)

295 Das discussões no colegiado ficou evidenciado que o Zoneamento Nacional de Óleo e Gás está centralizado na vocação da prospecção e que as camadas dos zoneamentos e do IPA precisam ser sobrepostas ou integradas com outras camadas de informações que contemplem as várias perspectivas do espaço objeto do uso. Discussões sobre aonde as demandas poderiam ser acolhidas, levaram ao entendimento que poderiam ser endereçadas ao GT-UCAM.

300 ENCAMINHAMENTOS

Ficou encaminhado que:

o Colegiado deverá informar à Cirm que como desdobramentos das discussões foi apontado que há uma ordem jurídica estabelecida (lei 9.636/98) que estabelece dispositivos que endereçam à SPU questões relativas à demandas patrimoniais envolvendo bens da União e
305 que os conflitos decorrentes dos múltiplos usos da prospecção e da exploração do espaço marinho demandam urgência em se normatizar o uso compartilhado deste espaço;

O Colegiado deverá informar a Cirm que as discussões apontaram que enquanto alguns usos do espaço marinho possuem coleta de dados e tratamento de informações com detalhes sobre os recursos potenciais, outros recursos e necessidades apresentam lacunas de informações, e
310 em especial o conhecimento sobre a biodiversidade em áreas profundas, que precisam ser contempladas para que na tomada de decisões as várias camadas de informações possam refletir os múltiplos recursos e usos do espaço marinho.

5.2. Publicação sobre os 25 anos PNGC (Flavia Cabral - MMA/Gerência Costeira)

315 Foi informado pela Analista Ambiental, Flávia Cabral, durante a reunião que em 09 de Maio de 2014 seria o Prazo final para envio das contribuições para a publicação dos 25 ANOS DO PLANO NACIONAL DE GERENCIAMENTO COSTEIRO (PNGC) dos setores que ainda não enviaram seus textos e eventuais ajustes dos textos já produzidos.

A participante reforçou que a publicação ainda está em construção e que pequenos ajustes sugeridos estão destacados no documento (para validação dos autores). O conteúdo da
320 publicação está dividida em três partes: De maneira geral, a publicação está organizada da seguinte forma: PARTE I: Processo de Gestão Costeira no Brasil (MMA); PARTE II: GIGERCO - o olhar dos setores para zona costeira (SETORES); PARTE III: Monitoramento e qualidade ambiental da zona costeira - situação atual (MMA/IBAMA). As contribuições deverão ser enviadas para flavia.cabral@mma.gov.br

325 5.3. Informe da Comunidade Científica (Prof. Alexander Turra - IOUSP)

Noticiou dois eventos.

Na perspectiva de dar subsídio ao MPE (SP) para analisar impactos cumulativos e sinérgicos decorrentes do conjunto de empreendimentos existentes, em construção e ainda pretendidos no Litoral Norte está programado para o dia 6 de junho/2014 o “VIII Seminário de Manejo
330 Integrado: As Grandes Transformações do Litoral Norte e seus Impactos Socioambientais “. Programação e detalhes consultar o link:

<http://www.oceanosesociedade.io.usp.br/index.php/seminario?id=25>

Informou também sobre o “Third International Symposium on the Effects of Climate Change

on the World's Oceans”.

335 Programação e detalhes consultar o link:

http://www.pices.int/meetings/international_symposia/2015/2015-Climate-Change/scope.aspx

5.4. Apresentação do Zoneamento Ecológico-Econômico da Baía da Ilha Grande no Rio de Janeiro (Ricardo Voivodic – INEA-RJ)

340 A apresentação está disponível para consulta e *downloading* no endereço:

http://www.mma.gov.br/images/arquivo/80033/Atas - Gi-Gerco/ZEEC_SINTESE Ilha Grande RJ.pdf

Sumário elaborado pela relatoria

345 A Zona Costeira Marinha do Rio de Janeiro no estabelecimento das premissas para a Gestão Integrada foi setorizada em seis áreas hidrográficas, sendo objeto da apresentação, o setor costeiro da região hidrográfica da Baía da Ilha Grande (BIG).

A implementação (em andamento) do Zoneamento Ecológico-Econômico da Zona Costeira do RJ, especificamente do setor da Baía da Ilha Grande, onde se localizam os municípios de Angra dos Reis e Paraty, está sendo trabalhada usando a abordagem por ecossistemas, a partir da experiência de MG, seguindo os critérios estabelecidos no decreto 5.300/2004 que tem como princípios entre outros o ordenamento do uso dos recursos naturais, da ocupação da ZC e a promoção da integração da gestão dos ambientes terrestre e marinho.

355 O Zoneamento em escala local, de caráter normativo, visto como mecanismo de apoio as ações de licenciamento, monitoramento e fiscalização foi trabalhado na perspectiva operacional, articulado com o Zoneamento do Estado, de caráter Orientativo e Indutor (5.300 art.7, VIII) e que estabelece as diretrizes para a gestão territorial.

A visão do Zoneamento local foi ampliada para contemplar e internalizar nos instrumentos os fatores da Vulnerabilidade Ambiental e da Potencialidade Social.

360 No estabelecimento da área de abrangência do ZEEC emergiram conflitos de competência e lacunas da normatização que poderão ser dirimidos pelo regramento do uso compartilhado da área marinha, em discussão no GTUCAM e clarificadas pelo pleno exercício da LC 140/2011, que fixa normas para a cooperação entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios nas ações administrativas decorrentes do exercício da competência comum relativas à proteção das paisagens naturais notáveis, à proteção do meio ambiente, ao combate à poluição em qualquer de suas formas e à preservação das florestas e da fauna.

Discussões - Diálogos

O Sr. Luiz (G17/SP) assinalou que questões que surgiram em Angra dos Reis são similares a questões no Litoral Norte (SP) na época da construção do ZEEC.

370 Destacou que as transformações decorrentes dos grandes empreendimentos foram estudadas e diagnosticadas através da iniciativa “Programa de Desenvolvimento Regional Sustentável para municípios do litoral paulista”³ que a Petrobrás financiou em parceria com vários órgãos.

O Projeto Litoral Sustentável contribuiu para o levantamento de problemas e pressões decorrentes dos empreendimentos e apontou soluções que as prefeituras precisariam implementar. Sublinhou que o conceito de colaboração pareceu enviesado.

375 A Sra. LUCIENE (MPA) informou que o MPA contratou, no âmbito da política de parques

aquícolas, alguns estudos para prospecção de áreas e que na implementação da política são contratado estudos para prospectar e identificar áreas potenciais para maricultura em todo o litoral. Nos estudos levanta-se todos os parâmetros, ambientais, socioeconômicos, fatores de exclusão e conflitos de uso. Pontuou que o estudo contratado para o RJ vai contemplar SP (São Sebastião) e Bahia. Na elaboração dos estudos são consultados a Marinha, a SPU e o Órgão Ambiental do Estado. Os dados podem ser compartilhados e há abertura para esta interlocução.

A Sra. FABIOLA (IBAMA) a propósito das questões pontuadas sobre o exercício da competência para o licenciamento assinalou que a LC140/2011 definiu que tudo que estiver no Mar Territorial, na Plataforma Continental e na Zona Exclusiva ZEE são de competência do Ibama e delegou outros enquadramentos para serem propostos pela Comissão Tripartite.

Como a proposta da comissão Tripartite ainda não avançou informou que um parecer da Procuradoria Federal do Ibama estabelece que enquanto a comissão tripartite não apresentar proposta para enquadramento as competências para o licenciamento obedecerão o enquadramento da resolução Conama 237/2011.

O Sr. CLÉZIO (SEMA/PA) assinalou os conflitos na articulação dos instrumentos da gestão do espaço costeiro. Informou que o Pará está trabalhando na construção do zoneamento de dois setores da Zona Costeira que abrangem 24 municípios. Na perspectiva da construção do Plano Municipal do Gerenciamento Costeiro (PMGC) inquiriu sobre como integrar os vários instrumentos e indagou como o MMA está trabalhando a questão apontando que os municípios não conhecem os vários instrumentos.

O Sr. BRUNO (DZT/MMA) destacou que o processo de zoneamento envolve muita informação e afirmou que fica com dúvida sobre como o gestor municipal trata este volume de dados; indagou sobre como está se dando o envolvimento dos municípios na construção do ZEE na BIG e apontou que a capacitação do município ao longo do processo é fundamental.

Assinalou que no âmbito da CIRM no Subgrupo do GTUCAM que tem o desafio de trabalhar as questões do planejamento espacial marinho (PEM), ainda não que não está muito clara a abrangência territorial do PEM: se a partir da linha de costa ou da linha de base.

Assinalou que, na sua leitura particularmente, o estado é limitado para fazer o PEM e apontou que o Mar Territorial por ser domínio da União limita o estado, mas por outro lado o Código Florestal prevê que o ZEE Costeiro é responsabilidade do estado e colocou a questão sobre a competência do estado para trabalhar o zoneamento no mar territorial.

O Sr. BRUNO (DZT/MMA) convidou o Sr. VOIVODIC (INEA/RJ) para a reunião da CCZEE em 5 de junho de 2014.

O Sr. VOIVODIC assinalou que a interpretação de competências para o licenciamento no espaço Terra-Mar está claro e registrou surpresa sobre a posição do parecer da procuradoria do Ibama. Solicitou cópia do parecer.

A Sra. LEILA (DZT/MMA) sobre a questão de integração de instrumentos que o Sr. CLÉZIO (SEMA/PA) indagou apontou que o MMA iniciou um debate sobre a integração de instrumentos em torno do Plano Diretor entendendo a importância da articulação entre o Plano Diretor e os instrumentos: Projeto Orla, Plano de Conservação e Recuperação da Mata Atlântica. Nos desdobramentos a área urbana da Secretaria encampou a iniciativa e uma das consultorias estuda a integração entre o Projeto Orla e o Plano Diretor. Informou que na próxima reunião do Colegiado haverá um relato sobre o resultado desta consultoria.

Sugeriu que os próximos passos do Zoneamento da BIG (RJ) possam ser compartilhados com

o Gi-Gerco.

5.5. Revisão do Plano de Ação Federal para a Zona Costeira (Luis Magnani - MP)

425 O representante da SPI/MP destacou a necessidade de revisão do Plano de Ação Federal para a Zona Costeira (PAF-ZC) pelos Ministérios do Planejamento e Ministério do Meio Ambiente junto ao colegiado. Nesse sentido, os Órgãos realizarão nos próximos dias 21 e 22/Maio a Oficina de revisão do PAF (Local: ENAP) com convite para participação aos Membros GI-Gerco e afirmando a importância da participantes dos representantes.

5.6. Estratégia e ações da Secretaria Nacional de Defesa Civil - SEDEC para enfrentamento dos problemas de erosão costeira (Cássio Rampinelli - Ministério da Integração)

A apresentação do Sr. Cássio está disponível para consulta e *downloading* no endereço:

[http://www.mma.gov.br/images/arquivo/80033/Atas - Gi-Gerco/Estrategias e acoes da SEDEC-MI para enfrentamento - Erosao Costeira.pdf](http://www.mma.gov.br/images/arquivo/80033/Atas_-_Gi-Gerco/Estrategias_e_acoes_da_SEDEC-MI_para_enfrentamento_-_Erosao_Costeira.pdf)

435 Sumário da apresentação elaborado pela relatoria

Foi destacado que a participação da SEDEC/MI no Gi-Gerco é para trabalhar a construção de estratégias e ações para enfrentamento da erosão na Zona Costeira que demandam situações emergenciais de tal forma que leve em consideração todo este debate que vem sendo conduzido no colegiado e a possibilidade de interface com os vários setores complexos que 440 estão estruturados e que demandam uso e ocupação da área costeira.

Na medida que a situação emergencial é decretada na esfera municipal e ao ser endereçada receber o reconhecimento federal, a Secretaria Nacional de Proteção e Defesa Civil (SEDEC/MI) pode aportar recursos para financiar obras que inevitavelmente vão interferir na região costeira, justificando⁴ a importância de se trazer este debate para o Colegiado.

445 As abordagem do Ministério da Integração (MI) no enfrentamento das demandas decorrentes das situações emergenciais decorre da visão do ciclo clássico no tratamento dos desastres naturais, modelo este adotado pela Política Nacional de Prevenção e Defesa Civil (PNPDEC - lei nº 12.608/2012) que declara no terceiro artigo “Art. 3º - A PNPDEC abrange as ações de prevenção, mitigação, preparação, resposta e recuperação voltadas à proteção e defesa civil.”

450 As iniciativas na abordagem do desastre são estruturadas na perspectiva de duas etapas: a do Pré-desastre onde se estabelece ações para Prevenção-Mitigação-Preparação e a etapa do Pós-desastre onde as ações trabalham a Resposta e a Recuperação

Embora a SEDEC possua um departamento que trata das ações de prevenção como política do governo, a prevenção está pulverizada em vários ministérios e órgãos como indicado na 455 tabela que segue:

ETAPA PRÉ-DESATRE: LÓCUS DE AÇÕES NA PREVENÇÃO A DESASTRES	
MCTI	CEMADEN - Centro Nacional de Monitoramento e Alertas de Desastres Naturais, responsável pelo SISTEMA NACIONAL DE MONITORAMENTO E EMISSÃO DE ALERTAS DE RISCO

4 Nota da Relatoria: lei nº 12.608/2012 Art. 3º, Parágrafo único. A PNPDEC deve integrar-se às políticas de ordenamento territorial, desenvolvimento urbano, saúde, meio ambiente, mudanças climáticas, gestão de recursos hídricos, geologia, infraestrutura, educação, ciência e tecnologia e às demais políticas setoriais, tendo em vista a promoção do desenvolvimento sustentável.

MI	SEDEC Secretaria Nacional da Defesa Civil	Depto. de Minimização de Desastres – Prevenção-Preparação:- trabalha nas iniciativas da etapa do pré-desastre
		Depto Reabilitação e Reconstrução:- acionado depois que o desastre acontece, etapa de pós desastre
	CENAD – Centro Nacional de Gerenciamento de Riscos e Desastres	
MME	CPRM Serviço Geológico do Brasil -Setorização de Riscos a Movimentos de Massa e Inundações; -Cartas Municipais de Suscetibilidade a Movimentos de Massa e Inundações; -Desenvolvimento e Implementação do Sistema de Cadastro de Deslizamentos e Inundações – SCDI; -Cursos de Capacitação de Técnicos Municipais na Gestão de Riscos, Setorização de riscos	
MCidades	tem uma área que trabalha com ENCOSTAS e que atende a parte de prevenção de encostas	

O Sr. CÁSSIO (SEDEC/MI) assinalou que a SEDEC vem recebendo solicitações decorrentes de uma série situações de emergências que são declaradas/decretadas pelos municípios na região costeira e na medida que este decreto da esfera municipal recebe o reconhecimento federal a SEDEC pode aportar recursos para financiar obras que inevitavelmente vão interferir na região costeira.

Apontou que é interessante que estas ações estejam integradas em todo este panorama que está sendo discutido aqui e assinalou que embora estas demandas estejam sendo atendidas a zona costeira não foi ainda priorizada como uma meta de mapeamento porque as ocorrências priorizadas são deslizamentos, enchentes e enxurradas.

Assinalou que há um longo histórico de problemas e distorções na destinação dos recursos e equacionamento das demandas emergenciais e em especial alguns casos emblemáticos em municípios da Zona Costeira, entre os quais os municípios de Caucaia-CE e Piçarras-SC, trazidos como exemplos para estimularem reflexões aqui.

O problema de erosão no município de Caucaia foi categorizado como prevenção e o projeto para instalação de dissipadores de energia “bagwall” foi aprovado e executado através de convênio.

A solução não funcionou e um ano depois o Município decretou a situação de emergência e apresentou nova proposta, ampliada, com Plano de Trabalho e Projeto Básico. A solicitação foi negada com orientação para que o responsável técnico pela obra fizesse a recuperação, que estava no período de garantia. Os problemas continuam.

Assinalou que no caso do município de Piçarras foi feito Plano de Trabalho e liberação de recursos para a construção de espigões. No transcorrer do tempo identificaram que parece que os espigões não possuem o comprimento adequado.

Destacou que há empreendimentos e edificações com ocupações inadequadas que uma vez atacados pela ação do mar e muitas vezes a Defesa Civil acaba reconstruindo sem saber se estavam autorizados a estar ali, e isto gera uma demanda de aproximação com a SPU/MP para antes de agir ter esta comunicação mais bem estabelecida.

MAPEAMENTO DE RISCOS

O Sr. RAFAEL (CENAD/MI) assinalou que após o desastre na região serrana do RJ o governo priorizou o mapeamento das áreas de riscos de 821 municípios e a suscetibilidade em

286 municípios como meta para 2014.

490 Informou que o mapeamento está sendo realizado pelo Centro Nacional de Gerenciamento de Riscos e Desastres (CENAD/MI) usando a abordagem que combina dois fatores pra se chegar ao risco:

- A susceptibilidade: que reflete o potencial de risco natural de ocorrer em uma região;
- A vulnerabilidade: que está relacionada ao padrão de ocupação da área.

495 O Sr. RAFAEL(CENAD/MI) assinalou que os riscos são tratados na lógica geológicos/geotécnicos e hidrológicos não sendo contemplado desastres de outras natureza e que a proposta do mapeamento é a identificação dos fatores físicos; as possibilidades de desastres naturais dos locais; as ações estruturais para mitigação em áreas de risco; a identificação da capacidade de proteção do município e o mapa de riscos.

500 Apontou que delimitar o setor de risco para o Gov. Federal é um trabalho que a CPRM está fazendo: a setorização de riscos nos municípios.

A partir daquela setorização a SEDEC contrata as empresas para fazer o mapeamento que é constituído por: (i) identificação dos fatores físicos e ambientais de vulnerabilidade; (ii) relatórios de identificação da área mapeada; (iii) ações estruturais para mitigação em áreas de riscos; (iv) identificação da capacidade de prevenção e resposta e (v) mapas de riscos.

505 Destacou que há muito planejamento urbano no Brasil, planejando a expansão de cidades sem levar em conta a ótica da defesa civil e que há uma luta institucional do MI para que de alguma forma se consiga um normativo obrigando que o ordenamento territorial de uma cidade considere o mapeamento da área de risco desta cidade e que não haja ocupação de áreas susceptível a inundação, escorregamento ou erosão costeira.

510 Apontou que deveria ser discutido no Colegiado o mapeamento de risco de desastres nas áreas costeiras, assinalando que os casos vêm crescendo principalmente em decorrência da ocupação indevida destas áreas.

515 Realmente precisa-se de uma atuação setorial que decida o que se fazer nestas áreas sujeitas a desastres, pois elas estão bem caracterizadas. Os estudos podem demonstrar as áreas que têm alta susceptibilidade a desastres e não deveriam estar ocupadas e qual a vulnerabilidade das edificações e o grau de risco que estas populações e instalações estão sujeitas.

Informou que todo este mapeamento está sendo inserido dentro de uma ferramenta SIGWEB, para ser disponibilizado pra sociedade como um todo e para que as informações possam ser consumidas para a construção de Planos de Contingência, Planejamento Urbano, entre outros.
520 Destacou que está disponível mais esta camada de informação e colocou a experiência no tema à disposição do grupo.

525 O Sr. VOIVODIC (ABEMA) assinalou que a intervenção em APP, sob o regime emergencial, segue a ótica da mitigação do risco e que a intenção é agir rapidamente para salvaguardar a vida e permitir obras de engenharia para recuperação. Ressaltou que não se deve usar a área com pessoas ou usar brechas na lei para qualquer outro fim.

530 A Sra. ANDRÉA (ABEMA) apontou conflitos entre os estados e prefeituras decorrentes da decretação de obra emergencial, que não é emergencial. Destacou que o Estado de Pernambuco vem estudando a erosão costeira desde 2004 e desencadeou um processo de sucesso para correção dos problemas, apoiado em estudos e em projeto executivo, nos municípios de Jaboatão, Olinda, Paulista, entre outros e é surpreendido quando alguns municípios decretam obra emergencial, atropelando o processo planejado pelo estado, gerando perdas e conflitos.

O Sr. VAICO (DOH/MI) a propósito da condução do projeto em Ponta Negra, pontuou que na perspectiva do gestor ou analista de infraestrutura a dinâmica da ação não permite criar um GT multidisciplinar para analisar cada projeto.

Assinalou que trabalha com a macrodrenagem e oferta hídrica e que para a análise de projetos existem procedimentos estabelecidos por portarias ou instruções normativas que disciplinam a análise do projeto básico e endereçam as questões de licenciamento, dominialidade e dependendo da obra o Certificado de Avaliação da Sustentabilidade da Obra Hídrica (CERTOH) emitido pela ANA.

Informou que recebem no Depto de Obras Hídricas alguns projetos de prevenção e de recuperação na área costeira e assinalou que não há procedimentos portariados que oriente no recebimento, na análise e no próprio acompanhamento da execução dos projetos. Indagou se o Gi-Gerco atuaria no estabelecimento destas normas e diretrizes que condicionasse o recebimento e a aprovação destes projetos.

O Sr. RAFAEL (CENADEC/MI) informou que teve acesso ao estudo do caso do município de Jaboatão (PE) e analisou o processo. Apontou que na segunda implementação de estudos-projeto, que aconteceu de forma atropelada na percepção do estado, a implementação do projeto está ocorrendo por uma decisão política, pois a decretação de obra emergencial e a solução proposta, com base nos estudos apresentados, não foram reconhecidas pela área técnica do ministério.

A Sra. LEILA (DZT/MMA) destacou o nível de amadurecimento do debate e o enfrentamento de um dos aspectos do problema, que é a falta de capacitação para analisar os projetos no estado e nos órgãos federais e sugeriu que saia do Colegiado um grupo menor para fazer os encaminhamentos das questões apontadas.

A Sra. MÁRCIA (DZT/MMA) fez uma relação da fala do Sr. VAICO(DOH/MI) com o Sr. RAFAEL (CENAD/MI) no âmbito da experiência que está ocorrendo em Ponta Negra (RN). Sobre a ausência de diretrizes apontou:

- quais parâmetros que precisam ser observados? Qual o mínimo que devemos ter em uma obra de proteção de linha de costa ?;
- como é que o município aciona este processo?;
- qual é o papel do estado na perspectiva de que obras em um município podem causar problemas em outro municípios?;
- quem vai operar o processo? o município possui capacidade para a gestão?.

Esclareceu que o nome do projeto SMC-Brasil traz alguma vezes uma visão equivocada do projeto, cuja leitura muitas vezes pode ter como foco apenas a ferramenta SMC-Brasil, mas que o projeto é mais abrangente, que para além da ferramenta de modelagem está sendo produzido importantes conteúdos teóricos por meio de documentos temáticos que podem ajudar a orientar a falta de diretrizes. O projeto prevê também a formação de pessoal para entendimento dos processos que envolvem a dinâmica costeira. Resgatou que o simpósio de erosão realizado em Recife encaminhou a necessidade de um TR ou um guia com diretrizes para obras e proteção de linhas de costa, que tal demanda direcionou a construção do projeto SMC-Brasil.

A Sra. ANDREA (ABEMA) apoiou a proposição de se estabelecer diretrizes mínimas e sugeriu talvez uma portaria da Cirm que desse um respaldo legal a nível de estado (MI, MB, SPU/MP) e assim os gestores teriam os parâmetros mínimos para subsidiar a gestão costeira.

O Sr. RAFAEL (CENAD/MI) posicionando que realmente precisamos ter definições para estas obras costeiras apontou que antes de tratar da proteção, devemos tratar da ocupação destas áreas. Assinalou que em 99% dos problemas de obras emergenciais não são decorrentes de desastres naturais mas sim de ocupações irregulares; por grandes empreendimentos que invadem a faixa de praia e em todos os casos quando o mar destrói recorrem a defesa civil.

Na perspectiva das discussões sobre estruturas de proteção; inquirei sobre o que se está protegendo? Apontou que é necessário se retomar o controle destas áreas, que são públicas e destacou que as áreas de risco que são tratadas, normalmente a ocupação de encostas e as calhas de rio, são as ocupações usuais por pessoas de baixa renda em decorrência do processo histórico, contudo as áreas costeiras são ocupadas normalmente por grandes empreendedores com poder econômico e influência política e que quando sofrem problemas decorrentes do avanço do mar desdobram questões que demandam processos caríssimos e indagou? quem está avançando? O mar ou a ocupação? Afirmado que de fato é a ocupação conclui apontando: temos que atuar, não construindo estruturas de proteção mas impedindo que as áreas da orla sejam ocupadas; que as áreas de riscos sejam respeitadas e se ocuparem a orla estabelecendo medidas mitigatórias adequadas e principalmente a validação ambiental.

ENCAMINHAMENTO:

Das discussões sobre a execução de obras emergenciais:

- das distorções nas soluções apontadas;
- do volume de recursos aportados; e
- a ineficácia das soluções preconizadas;

ficou encaminhado no Gi-Gerco que será instituído um GT para tratar de critérios para obras costeiras e mapeamento de áreas de risco em municípios costeiros.

5.7. Andamento dos trabalhos do Grupo de Trabalho do Turismo Náutico (Wilken Souto - Ministério do Turismo)

O representante do MTur, Srº Wilken Souto, informou que a Srª Daniela Fantoni será responsável pelos temas relacionados ao Turismo Náutico. O Coordenador fez um relato sobre as ações desenvolvidas pelo GT Turismo Náutico coordenado pelo MTur nos últimos anos explanando sobre as áreas, constituição do colegiado, pautas e calendário de reuniões previstas para 2014.

Nas últimas discussões sobre o Plano Nacional de Turismo, o GT contribuiu na priorização do tema e que especialmente houve avanços na discussão envolvendo a área de cruzeiros. Foi solicitado pela representante da ABEMA, Srª Andréia Olinto, o resgate dos trabalhos sobre gestão ambiental de marinas e transferências de áreas náuticas do GT constituído no âmbito do GI-GERCO como forma de subsidiar os trabalhos de boas práticas ambientais e licenciamento de marinas demandado pelo GT Turismo Náutico do MTur aceito como encaminhamento. Márcia Oliveira acrescentou que o resgate como forma de extrair subsídios para o GT, e demonstrou preocupação sobre a disputa pela espaço por diversos setores.

O Srº Wilken Souto também informou que foi constituído um grupo dentro do GT com vistas a elaboração de um material para subsidiar a construção de estruturas náuticas (marinas e pontos de apoio) e a gestão ambiental e sanitárias de tais equipamentos. O representante do MTur complementou que está aberta a participação para contribuição. O Ricardo Voidovic (INEA/RJ) falou do desenvolvimento de ações no tocante a normas estaduais de SP e RJ para o tema do licenciamento de Marinas, colocando-se a disposição para auxílio técnico e de materiais com vistas a confecção do Guia proposto.

6. ENCERRAMENTO

O Comandante SERRA (SECIRM) agradeceu a presença de todos e encerrou a sessão às 18h00.